

Eco Securitizadora
de Direitos
Creditórios do
Agronegócio S.A.

**Informações contábeis
intermediárias em 31 de março de
2020**



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas e Administradores da
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de junho de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Eduardo Tomazelli Remedi
Contador CRC 1SP-259915/O-0

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	100
Preferenciais	0
Total	100
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	2.917	3.641
1.01	Ativo Circulante	2.118	2.216
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	14	243
1.01.03	Contas a Receber	1.898	1.774
1.01.03.01	Clientes	59	183
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.839	1.591
1.01.06	Tributos a Recuperar	138	169
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	138	169
1.01.07	Despesas Antecipadas	68	30
1.02	Ativo Não Circulante	799	1.425
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	799	1.425
1.02.01.04	Contas a Receber	55	628
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	55	628
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	744	797
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	744	0
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	797

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	2.917	3.641
2.01	Passivo Circulante	1.367	1.523
2.01.02	Fornecedores	105	29
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	105	29
2.01.03	Obrigações Fiscais	463	651
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	436	587
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	27	64
2.01.05	Outras Obrigações	799	843
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	113	127
2.01.05.02	Outros	686	716
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	349	349
2.01.05.02.05	Outros	337	367
2.02	Passivo Não Circulante	605	712
2.02.02	Outras Obrigações	587	645
2.02.02.02	Outros	587	645
2.02.04	Provisões	18	67
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	18	67
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	18	67
2.03	Patrimônio Líquido	945	1.406
2.03.01	Capital Social Realizado	299	299
2.03.04	Reservas de Lucros	1.107	1.107
2.03.04.01	Reserva Legal	60	60
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.047	1.047
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-461	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	498	561
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-349	-578
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-349	-578
3.03	Resultado Bruto	149	-17
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-594	-347
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-564	-338
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-30	-9
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-445	-364
3.06	Resultado Financeiro	-16	-28
3.06.01	Receitas Financeiras	1	6
3.06.02	Despesas Financeiras	-17	-34
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-461	-392
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-461	-392
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-461	-392
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00461	0,00392

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-461	-392
4.03	Resultado Abrangente do Período	-461	-392

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-282	-1.141
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-461	-392
6.01.01.01	Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-461	-392
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	179	-749
6.01.02.01	(Aumento) / redução de clientes	124	-12
6.01.02.02	Redução de outras contas a receber	0	-24
6.01.02.03	(Redução)/aumento de tributos correntes a recuperar	31	-13
6.01.02.04	(Redução)/aumento despesas antecipadas	-38	93
6.01.02.05	(Redução)/aumento outros créditos	325	-199
6.01.02.06	(Redução)/aumento de fornecedores	76	-664
6.01.02.07	Aumento de outras obrigações fiscais	-237	-81
6.01.02.08	(Redução)/aumento de partes relacionadas a pagar	-14	37
6.01.02.09	(Aumento)/redução de outros passivos	-88	114
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	53	920
6.02.01	Redução de contas a receber de partes relacionadas	53	920
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-229	-221
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	243	376
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14	155

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	299	60	1.047	0	0	1.406
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	299	60	1.047	0	0	1.406
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-461	0	-461
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-461	0	-461
5.07	Saldos Finais	299	60	1.047	-461	0	945

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	299	60	727	0	0	1.086
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	299	60	727	0	0	1.086
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-392	0	0	-392
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	-392	0	0	-392
5.07	Saldos Finais	299	60	335	0	0	694

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	547	617
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	547	617
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-666	-853
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-666	-853
7.03	Valor Adicionado Bruto	-119	-236
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-119	-236
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-195	-28
7.06.02	Receitas Financeiras	0	-28
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-314	-264
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-314	-264
7.08.01	Pessoal	28	21
7.08.01.02	Benefícios	21	21
7.08.01.04	Outros	7	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	80	70
7.08.02.01	Federais	26	34
7.08.02.02	Estaduais	22	2
7.08.02.03	Municipais	32	34
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	39	37
7.08.03.02	Aluguéis	39	37
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-461	-392
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-461	-392

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Eco Securitizadora de Direitos Credítórios do Agronegócio S.A. (“Companhia”) com sede e foro na Avenida Pedroso de Morais, nº 1.553 - 3º andar - Pinheiros, São Paulo na Cidade de São Paulo, é uma Sociedade por ações com registro na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, em 15 de julho de 2009, que possui como objetivo social a aquisição de quaisquer direitos creditórios do agronegócio com a consequente emissão de recebíveis do agronegócio no mercado financeiro e de capitais, e a realização e/ou prestação de negócios e/ou serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio prevista na Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, incluindo, mas não se limitando, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios do agronegócio. Também, a Companhia pode participar de qualquer outra Sociedade mediante deliberação do Conselho de Administração.

A Companhia está inserida em um grupo econômico onde a Ecoagro Participações S.A., empresa constituída com propósito único de deter participações em outras empresas é a controladora. A Companhia utiliza a prestação de serviços de consultoria realizada por empresa com o propósito único de prestar serviços não exclusivos, relativos à consultoria de operações financeiras agropecuárias (“Eco Consult - Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda.”), também pertencente ao seu grupo econômico e controlada pela Ecoagro Participações S.A. A estrutura societária da Companhia, atende a função específica de cada companhia agir dentro do contexto em que cada uma está inserida na estrutura societária.

A Companhia obtém receitas substancialmente da aquisição e venda de Operações para formação dos lastros dos Certificados de recebíveis do agronegócio (“CRAs”) a emitir e prestação de serviços relacionados.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária (contendo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007), as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Administração em 30 de junho de 2020.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3 Despesas antecipadas

Representadas por contratos firmados entre prestadores e a Companhia, decorrentes de prestações de serviços pagas antecipadamente. As despesas são apropriadas para o resultado em função do prazo de cada contrato e à medida que os serviços são prestados.

3.4 Baixa de ativos

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros:

- Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros – securitização de ativos na qual o cedente não retém uma dívida subordinada. Os ativos securitizados são removidos do balanço;
- Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros transferidos o cedente retém uma dívida subordinada. Os ativos securitizados não são removidos do balanço, sendo reconhecido um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida.

Os recebíveis do agronegócio, lastros de operações de securitização, com constituição de patrimônio em separado, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, sem cláusula de coobrigação, foram objeto de baixa quando da emissão de seus respectivos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs). Eventuais benefícios residuais são reconhecidos no ativo, de acordo com seus períodos de competência, líquido de eventuais provisões para garantias.

3.5 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Transações de pagamentos a receber e instrumentos de dívida são inicialmente reconhecidos quando de sua origem. Todos os outros ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos quando a Companhia se torna contraparte do referido ativo ou passivo.

Um instrumento financeiro é inicialmente reconhecido a valor justo acrescido de custos de transações que lhe são diretamente atribuíveis, exceto para instrumentos não avaliados a valor justo por meio do resultado.

A Companhia reconhece o saldo de suas Transações a Receber por seu valor nominal, pois não há componente de juros/financiamentos significativo, bem como os títulos possuem o prazo curto de recebimento (inferior a um ano), o que torna imateriais a componente financeira.

Classificação e mensuração

Ativos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias baseadas no modelo de negócio em que estes ativos se inserem e nas características contratuais de seus fluxos de caixa:

- Custo amortizado;

- VJORA (Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes); e
- VJR (Valor Justo por Meio do Resultado).

As seguintes categorias são aplicáveis aos ativos financeiros da Companhia:

- Custo amortizado – um ativo financeiro é mensurado através do custo amortizado se ele atende às seguintes condições e não é designado como VJR:

É detido com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, e os fluxos de caixa contratuais são, exclusivamente, pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os seguintes ativos financeiros da Companhia são classificados desta maneira:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Contas a receber por serviços prestados;
- Empréstimos/Partes Relacionadas.

Após o reconhecimento inicial, estes ativos financeiros são mensurados a custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é reduzido por perdas de *impairment*. Receitas com juros, variação cambial e perdas de *impairment* nestes ativos são reconhecidos no resultado.

VJR – geralmente um ativo financeiro é mensurado a VJR se uma das seguintes condições são atendidas:

- (i) Ele é mantido para fins outros que não o recebimento de fluxos de caixa contratuais ou decorrentes de sua venda; ou
- (ii) Sua posse dá direito a fluxos de caixa que não decorrentes apenas de pagamentos do principal e de juros sobre o principal em aberto.

A Companhia classifica os ativos financeiros apresentados em “Investimentos Financeiros” como VJR, já que o modelo de negócio em que eles se inserem não tem por objetivo a apropriação dos fluxos de caixa decorrentes de sua posse. Os ativos financeiros mais significativos nesta categoria são títulos públicos federais, quando aplicável.

Após seu reconhecimento inicial, estes ativos financeiros são mensurados a valor justo. Ganhos ou perdas líquidas, incluindo juros, são reconhecidos no resultado. Ativos nesta categoria são classificados como circulantes.

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber por serviços prestados, outros créditos e tributos a recuperar.

Impairment de ativos financeiros

A Administração revisa anualmente, ou quando necessário, o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para *impairment* ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável esperado.

A Companhia reconhece uma provisão perdas de crédito incorridas nos seus ativos mensurados através do custo amortizado, conforme mencionado anteriormente, os saldos de contas a receber não possuem componente de financiamento significativo, assim a Companhia estimou por meio de avaliação interna as perdas incorridas dos respectivos créditos, para os quais provisionou a totalidade dos títulos com vencimento superior a 365 dias.

3.6 Estimativas Contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas para devedores duvidosos, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, estimativas da vida útil de determinados ativos, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

3.7 Outros ativos e passivos circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação deve ocorrer nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.8 Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita de prestação de serviços é reconhecida tendo como base a execução dos serviços realizados.

As receitas compreendem o resultado de compra e venda de créditos agrícolas, bem como a prestação de serviços.

3.9 Apresentação das informações por segmentos

A Companhia atua única e exclusivamente no segmento de securitização de direitos creditórios do agronegócio, motivo pelo qual não se aplica a apresentação das informações de segmentação requeridas pelo CPC 22.

3.10 Ajuste a valor presente

O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado, considerando o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais. São utilizadas taxas de desconto que reflitam avaliações condizentes com o mercado. Na ausência de informações disponíveis de mercado, são utilizadas como referência operações similares, principalmente quanto aos prazos e fatores envolvidos.

3.11 Imposto de renda e contribuição social

São calculados e constituídos com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social, bem como de provisões não dedutíveis são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável.

3.12 Lucro por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 – Resultado por Ação. Não há potenciais ações ordinárias diluidoras e, conseqüentemente, lucro por ação diluído.

3.13 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é provisionado na data em que tais dividendos são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.14 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicáveis às Companhias Abertas.

4 Caixa e equivalentes de Caixa

	31/03/2020	31/12/2019
Depósitos bancários	13	107
Aplicações financeiras (i)	<u>1</u>	<u>136</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>14</u>	<u>243</u>

- (i) Em 31 de março de 2020, as aplicações financeiras estão representadas por títulos de renda fixa, sendo estas CDBs, emitidas por bancos de primeira linha e remuneradas pelo DI e possuem liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2019, o valor das aplicações financeiras era de R\$ 136.

5 Clientes

O valor de R\$ 59 (R\$ 183 em 31 de dezembro de 2018), refere-se aos serviços de estruturação prestados aos titulares das séries CRAs: 78º, 79º, 80º, 89º, 90º, 93º 94º, 98º, 104º, 105º, 135º, 161º, 3ª, 7ª, 15ª, 17ª e 23ª emissão.

No trimestre findo em 31 de março de 2020, não foram observados eventos de inadimplimento de contas a receber dos clientes que compõem a conta de Clientes. Os recebimentos previstos pela Companhia continuam a seguir o fluxo esperado de recebimento e não foram afetados pelos efeitos do Covid-19.

6 Outros créditos

O valor de outros créditos, de R\$ 2.467, sendo R\$ 1.839 no curto prazo e R\$ 628 no longo prazo, com saldo de provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa de R\$ 573 (R\$ 2.219 em 31 de dezembro de 2019 – sendo R\$ 1.984 no curto prazo e R\$ 628 no longo prazo, com constituição de provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa de R\$ 393), refere-se, principalmente, à gastos com agente fiduciário, taxa de custódia, escrituração, taxa de registro e comissão para a [B]³ e ainda serviços com cartório, a serem reembolsados pelos devedores dos CRAs.

A provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa foi constituída no exercício de 2019. Para a contabilização da referida provisão, a Administração da Companhia considerou que, apesar de certo o recebimento destes créditos, não é possível precisar a data certa de recebimento dos valores, tendo em vista que tal evento depende da venda de imóveis que foram consolidados em processos de execução de créditos inadimplentes das operações dos Patrimônios em Separado. No primeiro trimestre de 2020 constituímos provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 180. Adicionalmente, cabe dizer que no trimestre findo em 31 de março de 2020, não foram observados novos eventos de inadimplimento de contas a receber dos clientes que compõem a conta de Outros Créditos. A constituição de provisão realizada no período mencionado refere-se a valores em aberto há mais de 365 dias, conforme política de provisão da Companhia. Os recebimentos previstos pela Companhia continuam a seguir o fluxo esperado de recebimento e não foram afetados pelos efeitos do Covid-19.

Movimentação da PCLD

Saldo inicial - 2018	42
(+) Constituição	393
(-) Reversões	-
(-) Baixas (i)	(42)
Saldo final - 2019	393
(+) Constituição	180
(-) Reversões	-
(-) Baixas (i)	-
Saldo final - 2020	573

- (i) O montante de R\$ 42 de provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa foi baixado para perdas durante o primeiro trimestre de 2019, após a Administração da Companhia avaliar que os valores em aberto não seriam recuperados.

7 Despesas antecipadas

	31/03/2020	31/12/2019
IPTU	25	-
Agente fiduciário	42	30
Taxa de custódia	1	-
Total de despesas antecipadas	68	30

8 Créditos/obrigações com partes relacionadas

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía créditos e obrigações junto às suas partes relacionadas, representados da seguinte forma:

	31/03/2020		31/12/2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Valores a receber/pagar				
Ecoagro Participações (a)	-	95	-	57
Mútuos a receber/pagar				
Ecoagro Participações (b)	-	18	-	70
Eco Consult (c)	744	-	797	-
Total de partes relacionadas	744	113	797	127

- (a) Representa o valor a pagar conforme contrato de rateio de despesas administrativas.
- (b) Representa saldo de mútuo a pagar, conforme contrato celebrado entre partes e com vencimento em 31 de dezembro de 2020.
- (c) Representa o valor de mútuo a receber, conforme contrato celebrado entre as partes e com vencimento em 31 de dezembro de 2020.

9 Obrigações tributárias

	31/03/2020	31/12/2019
Provisão para imposto de renda corrente	-	82
Provisão para contribuição social corrente	-	31
IRPJ - Parcelamento (até 30/04/2022) (i)	303	336
CSLL - Parcelamento (até 30/04/2022) (ii)	110	122
PIS, COFINS e ISS a recolher	20	119
IOF a recolher	2	3
Impostos s/ terceiros	17	23
Impostos s/ folha de pagamento	2	2
IPTU	27	-
Total de obrigações fiscais	481	718
Curto prazo	463	651
Longo prazo	18	57

- (i) Saldo de parcelamento de imposto de renda de R\$ 303, sendo R\$ 290 no curto prazo e R\$ 13 no longo prazo. Este valor está composto por saldos a pagar de R\$ 371 apurado em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 125 apurado em fevereiro de 2017, acrescidos de multa e juros até a data base de 31 de março de 2020, os quais foram parcelados em 60 vezes, com vencimento até 30 de abril de 2022.

- (ii) Saldo de parcelamento de contribuição social de R\$ 110, sendo R\$ 105 no curto prazo e R\$ 5 no longo prazo. Este valor compreende o saldo a pagar de R\$ 134 apurado em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 45 apurado em fevereiro de 2017, acrescidos de multa e juros até a data base de 31 de março de 2020, os quais foram parcelados em 60 vezes, com vencimento até 30 de abril de 2022.

10 Outros passivos

Em 31 de março de 2020, o valor de outros passivos no passivo circulante é composto por obrigações relativas à estruturação dos CRAs e a obrigações com clientes em razão do adiantamento de valores para a prestação de serviços, no montante de R\$ 337 (R\$ 367 em 31 de dezembro de 2019).

O montante que compõe o saldo de outras obrigações classificado no longo prazo, de R\$ 587 (R\$ 645 em 31 de dezembro de 2019), corresponde aos recebimentos de forma antecipada, ocorridos até 31 de março de 2020. As operações que o representam são tais recebimentos antecipados são CRAs séries n°: 75, 73, 84, 98, 114, 150/151 e da série única - 4ª emissão.

11 Patrimônio líquido

11.1 Capital social

O capital social em 31 de março de 2020, subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 299, representado por 100.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

A Companhia apresenta o seguinte quadro acionário:

Acionistas	Quantidade de ações	(em R\$)
Ecoagro Participações S.A.	99.999	298.997
Moacir Ferreira Teixeira	<u>1</u>	<u>3</u>
Total	<u>100.000</u>	<u>299.000</u>

11.2 Reserva legal

A reserva legal é composta pela destinação de 5% do lucro líquido auferido em cada exercício, até o limite de 20% do capital, tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Em 31 de março de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 o saldo em reserva legal é de R\$ 60.

11.3 Reserva de lucros

Em 31 de março de 2020, o saldo em reserva de lucros é de R\$ 1.047 (R\$ 1.047 em 31 de dezembro de 2019).

12 Receita operacional

A prestação de serviços da Companhia é relacionada à estruturação das operações de securitização:

	31/03/2020	31/03/2019
Receita bruta de venda de serviços	547	617
Impostos e contribuições incidentes sobre a receita	<u>(49)</u>	<u>(56)</u>
Total da receita líquida de serviços	<u>498</u>	<u>561</u>

A Companhia apura PIS em 0,65%, COFINS de 4,00% e ISS entre 2% e 5% no município de São Paulo, sobre as receitas brutas de prestação de serviço.

13 Custo dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados estão compostos da seguinte forma:

	31/03/2020	31/03/2019
Agente fiduciário	(51)	(70)
Análise de risco	(20)	(210)
Avaliação técnica de imóvel	-	(11)
Monitoramento agrícola	(13)	-
Serviços de originação	-	(143)
Serviços bancários e de custódia	(222)	(108)
Taxa de escrituração	<u>(43)</u>	<u>(36)</u>
Total dos custos dos serviços prestados	<u>(349)</u>	<u>(578)</u>

A composição dos custos com serviços prestados, está representada por serviços de assessoria jurídica, em operações concretizadas pela Companhia, que abrange elaboração de documentação suporte das transações e suas garantias, serviços de coordenação e distribuição para oferta pública de CRAs, serviços de supervisão da produção, corte, colheita, transporte, armazenagem e entrega dos produtos indicados (lastros) nos contratos de garantia, análises de captação de potenciais clientes relacionados às operações não corporativas, entre outros.

14 Despesas gerais e administrativas

	31/03/2020	31/03/2019
Despesas de pessoal	(7)	(4)
Honorários da diretoria	(21)	(21)
Despesas de instalações	(70)	(71)
Despesas de processamento de dados	(7)	(7)
Assessoria contábil e auditoria	(127)	(177)
Outros serviços especializados	(5)	(2)
Despesas com órgãos reguladores	(15)	(8)
Despesas com cartórios	(37)	(20)
Publicações gerais	-	(4)
Outras despesas administrativas	<u>(95)</u>	<u>(24)</u>
Total das despesas gerais e administrativas	<u>(384)</u>	<u>(338)</u>

15 Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de março de 2020 não há processos judiciais que justifiquem a necessidade de constituição de provisão, ou a sua divulgação nas demonstrações financeiras.

16 Imposto de renda e contribuição social

	31/03/2020		31/03/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Bases de cálculo				
Resultado antes da tributação	(281)	(281)	(392)	(392)
Adições (exclusões)	(8)	(8)	(2)	(2)
Base de cálculo após ajustes permanentes e temporários	(289)	(289)	(394)	(394)
Imposto de renda (15%)	-	-	-	-
Imposto de renda adicional (10%)	-	-	-	-
Contribuição social (9%)	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

17 Operações securitizadas – Direitos Credítórios do Agronegócio (DCA) e Certificados de Recebíveis do Agronegócios (CRA)

Com a publicação da Instrução CVM nº 600, datada de 01 de agosto de 2018, foram instituídas novas disposições envolvendo Certificados de Recebíveis do Agronegócio e alterados determinados dispositivos contidos em outras instruções normativas publicadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nesse contexto, destacamos o art. 34 ICVM nº 600 que acrescentou à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o art. 25-A que, por sua vez, passou a requerer o tratamento, em se tratando de companhia securitizadora, de cada patrimônio separado como entidade que reporta informação para fins de elaboração de demonstrações financeiras individuais, desde que a companhia securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações conforme as regras contábeis aplicáveis a sociedades anônimas.

Em atendimento a essa disposição, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia deixou de fazer constatar nas suas notas explicativas, as apresentações vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizar as demonstrações financeiras individuais de cada patrimônio em separado, acompanhadas do respectivo relatório de auditoria, em até 03 (três) meses após o encerramento do exercício social dos respectivos patrimônios separados ativos.

Pelo regime fiduciário, os direitos creditórios ficam excluídos do patrimônio comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais separados com propósito específico e exclusivo de responder pela realização dos direitos dos investidores. O ativo e passivo são atualizados quanto aos rendimentos e encargos financeiros, respectivamente, e controlados em patrimônio separado.

18 Gerenciamento de riscos

A Companhia implementou um modelo de gestão de risco Enterprise Risk Management, e realizou a avaliação, detalhamento e classificação do seu universo de risco considerando o nível de impacto (baixo, médio ou alto) e o nível de probabilidade (improvável, dificilmente, ocasionalmente, possivelmente, definitivamente), chegando assim a uma matriz de risco da Companhia. Para cada risco identificado, foi mapeado o impacto (financeiro, operacional ou de imagem) e o nível de monitoramento, considerando a existência de controles e de planos de ação e ou mitigação. A partir desse mapeamento de risco é feito um acompanhamento mais detalhado dos riscos altos e dos riscos médios parcialmente monitorados ou não monitorados (aqueles com controles e planos de ação em desenvolvimento, mas não finalizados). Os riscos foram ainda classificados de acordo com o grupo de aplicabilidade (Finanças, TI, Pessoas, Estratégia, Comercial, Dados, etc.) e com a sua natureza de origem (Financeiro, Estratégico, Operacional, de Imagem, Tecnológico). Dessa maneira, o modelo de acompanhamento de riscos é gerenciado continuamente pela Companhia, e revisado com a Diretoria, periodicamente. Com relação à aplicações financeiras, a Companhia utiliza instrumentos de baixo risco como operações compromissadas com características de renda fixa e títulos de renda fixa como, por exemplo: Certificados de depósitos bancários (“CDBs”), em bancos de primeira linha.

19 Outros assuntos

Em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020 da CVM, a Companhia tem avaliado internamente os impactos do COVID-19 em nossos negócios, principalmente nas questões relacionadas à logística e carregamentos de safras e insumos, tendo em vista os decretos municipais e estaduais e fechamento de fronteiras que limitam a circulação de mercadorias e manutenção de alguns serviços industriais e de armazenagem. Além disso, com os impactos cambiais resultantes do atual cenário global, a alta do dólar deve interferir nos custos da produção de insumos agrícolas e, possivelmente, observaremos impactos parciais na pontualidade dos pagamentos.

Mesmo diante da avaliação supracitada, possíveis impactos financeiros só seriam observados em datas futuras, e, dessa maneira, não impactam as informações trimestrais de 31 de março de 2020.

20 Eventos subsequentes

Até a data de divulgação dessas informações trimestrais não observamos eventos de inadimplemento das contas a receber da Companhia, nem mesmo eventos que nos gerem dúvidas sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Adicionalmente, nesse momento, não há base confiável para mensurarmos os efeitos contábeis decorrentes do COVID-19 em nossos negócios, considerando que nossas avaliações são baseadas em estimativas sobre o setor.